

Ciência, educação e pátria¹

J. Leite Lopes

Professor Emérito, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
e Universidade Federal do Rio de Janeiro

Estamos às vésperas do cinquentenário da fundação da SBPC e seria talvez oportuno um exame crítico do desenvolvimento da ciência ao longo desses anos e dos nossos esforços para implementá-lo. Para os nossos jovens, que recebem bolsas de iniciação científica, de graduação, de pós-graduação e de pós-doutoramento - uma política louvável do CNPq e da CAPES - a questão primordial é o emprego após esse período de formação. As universidades expandiram-se e absorvem muitos dos que retornam do exterior. Já as indústrias nacionais raramente absorvem cientistas e é lamentável que as empresas multinacionais que têm laboratórios de pesquisas na matriz não instalem um desses laboratórios em nosso país. Esta questão já foi objeto de discussão nas reuniões da SBPC.

No plano nacional, o período 1945-1960 foi dominado pela ideologia do desenvolvimento que entretanto programava a implantação de usinas-chave-na-mão, a utilização de tecnologia comprada no exterior (sempre), o aluguel de patentes capazes de dar lucros imediatos aos empresários nacionais, em geral sócios menores de empresas multinacionais e que jamais se preocuparam em investir em pesquisa nem com o baixo nível educacional da população. As companhias multinacionais sendo proprietárias de conhecimento técnico-científico que geram em seus laboratórios ou nas universidades que patrocinam, surgiu nos meios dos políticos e economistas nacionais a idéia de transferência de tecnologia que se transformou em transferência de usinas ou de caixas-pretas inacessíveis aos engenheiros nacionais. A verdadeira transferência é a do saber, do conhecimento como aconteceu nos anos 30, da Europa para os Estados Unidos, que abrigaram os inúmeros cientistas banidos da Alemanha nazista e da Itália fascista. E em menor escala aconteceu quando da fundação da Universidade de São Paulo em 1934. Parece-me que os economistas, assoberbados com as políticas de crescimento ou de contenção da inflação, jamais explicitaram a idéia da educação básica plena como ingrediente fundamental para o desenvolvimento.

¹ Escrito para o Jornal Engenho e Arte, Belo Horizonte.

E os cientistas, os professores universitários, habituados a lutar por suas reivindicações específicas - mais verbas, mais equipamentos, melhores salários- esqueceram-se dos milhões de brasileiros sem acesso à educação básica e à cesta básica. Certamente, aos pesquisadores compete pesquisar. Mas estou convencido de que na situação de guerra contra a falta de educação, devem os cientistas debruçar-se, por algumas horas ao mês, sobre o problema e contribuir com aulas e conferências nos estabelecimentos de educação básica para o aperfeiçoamento do ensino nesse nível.

Aos nossos cientistas compete igualmente escrever livros de texto - pois só os pesquisadores podem transmitir o conhecimento com a sabedoria da investigação científica - e os bons livros alcançarão a mocidade no país inteiro.

Ao CNPq, à CAPES, compete conceder estímulos para que o pesquisador possa escrever ao menos um livro de texto e que não seja prejudicado em seus pedidos de auxílio para a pesquisa, ao gastar algum tempo na feitura do livro. Negar isso é arrogância, é falsa defesa da pesquisa.

Deve-se, portanto, convocar os cientistas para que colaborem no aperfeiçoamento do ensino básico, não bastam as autoridades nem os técnicos tradicionais dos órgãos oficiais de educação.

Computadores, televisores, educação à distância, não dispensam a presença do homem ou da mulher, dos professores de ensino básico, devidamente treinados, reciclados, remunerados.

Um país que não ampara os professores da educação básica é um país sem um futuro digno: as crianças de hoje serão educadas por esses professores e serão os cidadãos de amanhã.

Da educação básica depende o comportamento dos cidadãos, a sociedade-base da nossa pátria.

& & &